# IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO (A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL) NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX

*Zeila de Brito Fabri Demartini*

Sempre que se faz referências à Primeira República (1889-1930), e especialmente à cidade de São Paulo, a presença de estrangeiros é mencionada e a incorporação dos mesmos como objeto de reflexão é importante para a compreensão dos problemas abordados neste período. Entretanto, é preciso anotar que os imigrantes portugueses praticamente são ignorados enquanto estrangeiros, surgem como um grupo quase "invisível" que se agrega à população, embora tivessem entrado no estado de São Paulo em número relativamente elevado (362 156), chegando a superar outras correntes fortes de imigração como as dos italianos, espanhóis e japoneses se considerarmos o período de 1910 a 1929[1].

Sabe-se que a maior parte daqueles que para cá vieram neste período estavam em difícil situação econômica em Portugal, que passava neste período por graves crises que atingiam fortemente as populações rurais[2]. Este fluxo atendia tanto aos interesses econômicos portugueses[3], como aos interesses paulistas, em especial às demandas do setor agrário[4]. Entretanto, não foram só as fazendas do interior que atraíram os imigrantes portugueses: a cidade de São Paulo exercia, por seu desenvolvimento perceptível, forte atração sobre os imigrantes de vários grupos, como já se constatou em vários estudos[5]. Em São Paulo podiam contar com um mercado de trabalho mais diversificado e usufruir serviços que naquele período eram extremamente precários no interior (educação, saúde etc.), especialmente para populações rurais[6]. Aos olhos do imigrante português, São Paulo poderia ser um bom "espaço" de destino. É preciso lembrar que segundo alguns autores, para estes imigrantes que vinham para o Brasil,

> "a cidade, e não o campo, parecia capaz de realizar os seus desejos de autonomia e enriquecimento. Expulsos do campo e vindos de regiões pauperizadas, como bem demonstrou Ann Marie Pescatello, na sua tese de doutoramento intitulada: *Both ends of the journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. (Universidade da Califórnia, 1970), a busca da autonomia guiava os seus atos"7.

Já chamamos a atenção em outros estudos para a complexidade das relações entre os vários grupos sociais que se estabeleceram na sociedade paulis-

tana neste período[8]; em pesquisa atual[9], focalizamos nossa atenção na imigração portuguesa, ainda pouco estudada neste contexto metropolitano, visando apreender as representações de integrantes de famílias de imigrantes sobre seus cotidianos, as vivências e estratégias que desenvolveram no contexto da pluralidade de grupos sociais e das transformações ocorrentes neste espaço, assim como conhecer as instituições ligadas aos mesmos, seu funcionamento e estruturação neste período. Ao mesmo tempo, verificar o processo de construção de novas identidades de portugueses e seus descendentes que vieram para a região metropolitana de São Paulo nas primeiras décadas deste século, trabalhando aqui em atividades industriais, agrárias, comerciais e em serviços em geral.

A partir desta problemática ampla, julgamos importante destacar alguns aspectos das relações entre a imigração portuguesa e o campo educacional, em virtude das especificidades que apresentam.

Dada a escassez de estudos sobre a educação entre estes imigrantes em São Paulo, trataremos aqui de algumas observações que a pesquisa, recorrendo a fontes diferenciadas, tem permitido aventar. Constituem portanto uma primeira aproximação a este tema que se tem configurado para nós, como uma problemática instigante; pretendemos evidenciar como as relações estabelecidas pelos imigrantes portugueses e suas famílias em São Paulo não parecem se assemelhar, em grande parte, ao que já constatamos entre outros grupos de imigrantes, especialmente os japoneses, neste mesmo contexto[10]. Para discutir algumas destas especificidades, pautamo-nos na análise de publicações do próprio grupo, em documentos oficiais sobre a imigração e também em material por nós coletado junto a famílias de imigrantes portugueses que chegaram a São Paulo durante este período.

No tocante às publicações, estas nos pareceram fundamentais para a compreensão do campo educacional, ao evidenciarem a forma como estes imigrantes se referiam ao novo contexto e às relações, sentimentos e representações com relação a Portugal[11]. Verificamos que todas elas se iniciaram em São Paulo no período analisado, que pareceu assim propício à proliferação de publicações de imigrantes portugueses, com diferentes vinculações políticas e interesses: enquanto a *Revista Portugal e Brasil* declarava-se como "Órgão do Centro Republicano Português", totalmente contrária à monarquia portuguesa, as demais não pareciam querer assumir declaradamente o apoio à Monarquia, embora este possa ser percebido nas entrelinhas, especialmente em *A Bandeira Portuguêsa*. Sabemos que neste período considerado a situação política no Brasil passava por grandes mudanças e tensões, a nova experiência republicana colocava aos cidadãos novas demandas, especialmente em um país também recém-saído da escravidão. Entretanto, nenhuma das publicações analisadas faz qualquer referência ao Estado brasileiro, suas especificidades e problemas enfrentados neste período de forte nacionalismo; todos se referem à Pátria Portuguesa, "a nossa pátria", criticando os atos do governo monárquico, propondo medidas que poderiam fortalecê-lo, ou, ao contrário, propondo sua extinção. Para os que escreviam, o fato de estarem no Brasil não os diferenciava da popu-

lação residente em Portugal quanto aos interesses pelos destinos deste último país, único a lhes preocupar.

A imagem do Brasil nestes órgãos da "colônia" portuguesa era a do "outro" com o qual esta não se identificava, era o "povo irmão", o "país grande" que os acolheu e no qual podiam melhorar de vida, mas não "sua pátria" (grifo nosso). Os imigrantes portugueses se relacionavam com Portugal enquanto "cidadãos portugueses" e o ressentimento por não serem sempre entendidos e aceitos como cidadãos portugueses que lutam pela pátria também é expresso em várias publicações. Em nome da colônia portuguesa residente em São Paulo, considerada por muitos como "não ilustrada", os jornalistas demandavam assim atenção do governo português, que, como eles próprios assinalavam, não estava conseguindo resolver os problemas em seu próprio país. Entretanto, mais que aguardar um apoio do governo português, para ajudá-los no Brasil, os imigrantes, ao contrário, tentavam auxiliar o país de origem e a população lá residente. Assim é que no campo educacional, criticavam o sistema educacional português e propunham medidas para melhorá-lo, tanto republicanos como monarquistas. O Órgão do Centro Republicano Português criticava o salário dos professores:

> "A ignorância de Portugal, caros compatriotas, é uma vergonha. Com o fim de a exterminar, a monarchia paga apenas 300 e 400 reais diarios aos professores primarios. (...) É assim que os reaes mandões querem que Portugal siga a marcha civilisadora das nações cultas!" (*Revista Portugal e Brasil*, n.º 7, 1908, p. 103).

A *Revista Portuguesa* noticiava e destacava em 1929, quando a colônia aqui já era numerosa, a criação de uma associação para cuidar da educação em Portugal:

> "Aos cinco dias do mês de Janeiro de 1925 fundou-se na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo a Liga Propulsora da Instrução em Portugal. Beneficente lhe tem chamado uns. Altruísta lhe tem chamado todos. Fonte de vida lhe chamaremos nós (...). A Liga Propulsora da Instrução em Portugal, que muito deve ao poder criador, ao esforço orientado, à visão clara e à lúcida inteligência de Antônio da Silva Parada, é uma grande obra". (1929, p. 234) (grifo nosso)

Para entender este fato, é preciso também observar que grande parte dos imigrantes, quando para cá vieram, não romperam os fortes vínculos familiares. As estatísticas oficiais mostram que a maioria eram homens e vinham sozinhos, deixando mulheres e filhos em Portugal. A preocupação com o país de origem não tinha assim só razões de fundo patriótico-nacionalista, mas concretas na medida em que os familiares lá continuavam morando em situação geralmente precária, necessitando do apoio dos que imigravam. Como já foi muito bem analisado por Monteiro[12], a vontade de retornar (o "mito do retorno"),

especialmente no caso da imigração portuguesa, era estimulada pelo próprio governo como forma de garantir o envio dos recursos obtidos pelos imigrantes para suas famílias. Acompanhando este fato de que muitos vieram "avulsos" (53% dos que vieram entre 1908 e 1936), a distribuição dos imigrantes por idade evidencia que a maior parte tinha mais de 12 anos de idade. Era portanto, uma imigração de mão-de-obra em faixa produtiva e daqueles que já deveriam ter tido acesso à escolarização básica em Portugal, em grande parte. Quanto à instrução, a distribuição era mais equilibrada: 57,48% eram analfabetos e 42,52% alfabetizados, indicando que não eram só portugueses sem instrução que entravam no território paulista, mas também que havia muitos analfabetos em Portugal[13]. Levando em conta estes aspectos, é possível compreender a especificidade de algumas medidas tomadas pela "colônia" portuguesa em São Paulo, como a criação, em Janeiro de 1925, desta citada Liga Propulsora da Instrução em Portugal, cujos objetivos eram bem claros:

> "A Liga Propulsora da Instrução em Portugal tem como seus fins principais: cooperar, em nome do princípio da igualdade para pôr ao alcance de todos a instrução primária em Portugal; dotar as aldeias, vilas e cidades do país, começando pelas mais afastadas dos centros principais e pelas menos beneficiadas em relação àquele ensino, com edifícios escolares higiênicos e modernos". (*Revista Portuguesa*, 1929, p. 341) (grifo nosso)

Esta tinha certamente sua razão de ser para os que vieram para o Brasil e já tinham conseguido certos recursos, mas que continuavam estreitamente ligados ao país de origem e preocupados com o sistema educacional precário que atingia grande parte dos imigrantes e seus familiares.

Segundo informações de outra fonte, a Liga construiu "cinco belos edifícios escolares" em Portugal, pretendendo construir outros mais. Para tanto, contou com donativos da colônia portuguesa de São Paulo, que totalizaram em 1925 o montante de seis mil e quinhentos contos de réis, "uma grande fortuna nesse tempo". Não há, infelizmente, qualquer informação sobre em que aldeias ou vilas foram erguidas[14]. A Liga publicava nas revistas da época apelos para conseguir a contribuição dos compatriotas; na *Revista Portuguesa* de 1930, por exemplo:

> "Quereis concorrer para a educação do vosso conterrâneo? De vosso irmão? De vosso filho? Quereis dotar a vossa aldeia, a vossa terra querida, de um grande e real melhoramento? Quereis colaborar eficazmente na obra de engrandecimento de Portugal? Quereis provar por actos incontestáveis que sabeis ser um cidadão útil à Pátria? Quereis mostrar o amor que tendes à vossa terra, mostrando também a grandeza do vosso coração? Inscrevei-vos, hoje mesmo, na Liga Propulsora da Instrução em Portugal cuja caderneta patriótica é o mais belo atestado de civismo". (*80 Anos*, 1992, p. 103).

Se as grandes propostas eram voltadas para Portugal, encontramos também iniciativas mais pontuais voltadas para as famílias portuguesas residentes em

São Paulo. Pudemos constatar que algumas associações criaram escolas, alguns professores mantinham escolas particulares, assim como havia uma atividade cultural em diferenciadas instituições. Não conseguimos até o momento informações detalhadas sobre as mesmas, mas arrolamos aqui alguns aspectos que julgamos importantes para indicar que a "colônia" portuguesa em São Paulo procurava ampliar sua participação no campo educacional e cultural[15].

Ainda em 1912, quando da criação da Câmara Portuguesa do Comércio, há menção à necessidade de se promover aulas para instrução de empregados comerciais e à criação da Escola de Cultura Portuguesa agregada a esta Câmara[16]. Parece que esta iniciativa não foi avante.

Quanto a escolas portuguesas reconhecidas oficialmente com esta marca étnica, só encontramos menção nos documentos oficiais do governo estadual a quatro escolas portuguesas no Anuário do Ensino de 1917, mas sem que houvesse especificação de sua localização, características, etc. O quadro abaixo, mostra que as escolas portuguesas eram em número muito inferior ao número de escolas de várias outras colônias da cidade, contando com apenas 304 alunos.

Tabela 1: Escolas não-brasileiras na cidade de São Paulo – 1917

| ESCOLAS NÃO-BRASILEIRAS | NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS | NÚMERO DE ALUNOS |
|---|---|---|
| Escolas italianas | 49 | 6 882 |
| Escolas alemãs | 37 | 3 387 |
| Escolas norte-americanas | 6 | 1 676 |
| Escolas portuguesas | 4 | 304 |
| Escolas suíças | 2 | 62 |
| Escolas francesas | 2 | 399 |
| Escolas inglesas | 1 | 185 |

Fonte: *Anuário do Ensino* de 1917, in DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989: 981-995.

Há nos jornais já citados algumas indicações de professores e de escolas que publicavam anúncios voltados para os leitores "portugueses". Assim, no *Echo Portugues*, em 1897: "Esplicador de mathematica, phisica e chimica. Prepara para o curso annexo e para o curso preliminar da Polytechnica. Informase nesta redacção"[17].

Na *Revista Portugal e Brasil*, em 1908:

> "Cursos diurnos e nocturnos. Dirigidos por Ferreira de Carvalho (Professor no Gymnasio Sylvio de Almeida e Collegio João de Deus). Habilitação para exames de todas as materias de instrucção secundaria, admissão aos Gymnasios, Escola Normal e Escola de Commercio. Cursos theoricos e praticos de calligraphia, escripturação e contabilidade comercial. Cursos especiaes de desenho e musica. Rua Riachuelo, n.º 59 (p. 103)".

De qualquer modo, no campo da educação escolar voltada especificamente para os imigrantes portugueses e seus descendentes em São Paulo, os dados parecem indicar que esta recebia menor atenção que a que encontramos entre outros grupos de imigrantes e que aquela manifestada com relação ao sistema educacional para os que estavam na "pátria" (Portugal). Em grande parte, como já vimos, este fato parecia se dever a que os imigrantes deixavam lá seus filhos em idade escolar, em muitos casos. Além disso, quando residentes em áreas urbanas como São Paulo, podiam enviar seus filhos para as escolas públicas, estas já em expansão neste período[18] e também para as escolas católicas das várias ordens religiosas, que atendiam a meninos e meninas, pois o problema da língua não se colocava para as crianças, no Brasil. Em pesquisa realizada com professores que se formaram durante o período considerado, também pudemos constatar que alguns deles eram filhos de imigrantes portugueses que se inseriram no magistério público oficial; suas biografias não indicam qualquer vinculação ou preocupação com a numerosa "colônia" portuguesa existente em São Paulo[19].

Uma análise sobre as escolas freqüentadas pelas crianças de famílias portuguesas que aqui chegaram ainda durante a 1.ª República, por nós entrevistadas, indicou-nos que muito poucas passaram por escolas particulares "portuguesas", freqüentando geralmente escolas particulares religiosas ou grupos escolares públicos, na cidade de São Paulo; observamos que muitos descendentes da segunda geração já conseguiram concluir o ensino superior em escolas paulistas.

Por outro lado, pudemos verificar que alguns imigrantes que tinham uma formação superior obtida em Portugal, desempenharam aqui atividades como professores e responsáveis pela manutenção de escolas particulares, procuradas tanto por portugueses como pela população local, evidenciando uma forte inserção no campo educacional paulistano. Um caso exemplar é o do professor José Marques da Cruz, que tendo se formado em direito pela Universidade de Coimbra, em 1912, dedicou-se em São Paulo quase exclusivamente ao magistério, tanto público como particular[20]. Também Ricardo Severo, imigrante português com grande influência na colônia paulista, foi não só um dos maiores incentivadores da Liga Propulsora da Educação em Portugal, como também atuante junto ao ensino profissionalizante em São Paulo (Liceu de Artes e Ofícios). Ainda participou de associações ligadas à questões educacionais, durante a década de 1920 (foi membro da Associação Brasileira de Educação).

O que se pode verificar é que, durante o período considerado, se havia uma preocupação dos imigrantes portugueses em melhorar a educação em Portugal, havia também alguns destes imigrantes inseridos na constituição do campo educacional paulista, criando escolas, exercendo o magistério e participando de associações educacionais. Aprofundar estas questões sobre as várias facetas das relações imigração-educação parece-nos fundamental (apoio do CNPq).

## FONTES

*80 Anos Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo*, 1912/1992, São Paulo, Gráfica Brasiliense.

*Echo Portuguez: Semanario Portuguez*, 1897, São Paulo, ano 1, n.º 11 (27 de Junho de 1897).

I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937, São Paulo Departamento de Imigração e Colonização/Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

*Revista Portugal e Brasil*, 1908, S. l., Órgão do Centro Republicano Portuguez, n.º 6/7 (Outubro de 1908).

*Revista Portuguesa*, 1929, S.l., s.ed. (data provável).

## BIBLIOGRAFIA

CAMARGO, José F. de (1952), *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*, São Paulo: FFCL/USP.

CRUZ, Sérgio M. da (1988), *José Marques da Cruz, o meu pai*, São Paulo: s.ed.

DEMARTINI, Zeila de B. F. (1997), *Viagens vividas, viagens sonhadas: japoneses em São Paulo na primeira metade deste século*, São Paulo: Humanitas, Coleção *Textos*, série 2; n.º 7.

DEMARTINI, Zeila de B. F.; ANTUNES, M. de Fátima (1991), *Magistério primário no contexto da Primeira República*, São Paulo: CERU/ Fundação Carlos Chagas.

DEMARTINI, Zeila de B. F.; ESPÓSITO, Yara L. (1989), "São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas". *Ciência e Cultura*, vol. 41, n.º 10, Campinas: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

FAUSTO, Boris (1976), *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo: Difel, Coleção Corpo e Alma do Brasil.

FAUSTO, Boris (1991), *Historiografia da imigração para São Paulo*, São Paulo: Sumaré/ FAPESP, série Imigração.

LOBO, Eulalia M. L. (1994), *Portugueses en Brasil en el Siglo XX*, Madrid: Mapfre.

MILLIET, Sergio (1982), *O roteiro do café e outros ensaios*, São Paulo: Hucitec/INL-Fundação Pró-Memória.

MONTEIRO, Paulo. F. (1994), *Emigração: o eterno mito do retorno*, Oeiras: Celta Editora.

NASCIMENTO, Terezinha A. Q. R. do; et al. (1999), *Memórias da educação campineira (1850-1960)*, Campinas: CMU/UNICAMP.

PETRONE, M. Teresa S. (1967), "Imigração assalariada", in *História geral da civilização brasileira*, dir. Sérgio B. de Holanda, II Volume, n.º 3.

RIBEIRO, Gladys S. (1990), *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, São Paulo: Brasiliense, Coleção *Tudo é História*, n.º 129.

SOUZA, R. F. (1998), *Templos de civilização a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*, São Paulo: Editora da UNESP.

## NOTAS

1 I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937.
2 LOBO, 1994.
3 MONTEIRO, 1994.
4 MILLIET, 1982; CAMARGO, 1952; PETRONE, 1967: 274-296, 285-286.
5 DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989: 981-995; FAUSTO, 1991; FAUSTO, 1976.
6 DEMARTINI e ANTUNES, 1991.
7 RIBEIRO, 1990.

8 DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989.

9 Sub-projeto: *Famílias portuguesas na metrópole de São Paulo (1890-1930)*.

10 DEMARTINI, 1997: 77-95.

11 Não foram muitas as localizadas, embora se saiba que outras tivessem existido. Assim, conseguimos alguns raros exemplares de: *Echo Portuguez* (1897), *O Gaiato* (1905), *A Bandeira Portuguêsa* (1908), *Revista Portugal e Brasil* (1908) e *Revista Portuguesa* (1929).

12 MONTEIRO, 1994.

13 I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937.

14 *80 Anos*..., 1992: 103.

15 As Sociedades Portuguesas de caráter econômico, beneficente e artístico existentes no distrito consular de São Paulo em 1929 eram já numerosas, várias delas realizando atividades culturais: Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, Sociedade Portuguesa Vasco da Gama, Caixa Portuguesa de Repatriação, Sociedade protetora dos Portugueses Desvalidos, Liga Propulsora da Instrução em Portugal, Associação Socorros Mútuos Sacadora Cabral Gago Coutinho, Portugal Clube, Clube Português, Centro Republicano Português, Liga Monárquica Dom Manoel II, Grêmio Português de Beneficência, Sociedade Portuguesa de Beneficência, Sociedade Portuguesa Beneficente, Sociedade Beneficente Portuguesa, Caridade Portuguesa Maria Pia, Sociedade Portuguesa de Beneficência Campinas (*Revista Portuguesa*, 1929, p. 319).

16 *80 Anos*..., 1992: 50.

17 *Echo Portuguez*, 1897: 2.

18 SOUZA, 1998; NASCIMENTO, 1999.

19 DEMARTINI e ANTUNES, 1991.

20 Anti-monarquista, chegou ao Brasil logo depois de formar-se, ainda no final de 1912, com intenções de praticar a advocacia. Não lhe sendo permitido legalmente, começou a lecionar no "Ginásio Macedo Soares" e depois em muitos outros: "Colégio Stafford" (1914 a 1948); "Instituto Mackenzie" (1915 a 1918); "Instituto Ciências e Letras"; "Escola Técnica de Comércio Álvares Penteado" (1919 a 1912); "Escolas da Colônia Portuguesa de São Paulo (onde ensinava gratuitamente), de 1931 a 1936; "Ginásio Oswaldo Cruz" (de que, com os consagrados mestres Colombo de Almeida e Aldelino Leal, foi diretor e fundador, em 1915); "Colégio Pindorama" (1916); "Ginásio Renascença", que também fundou, e "Liceu Rio Branco" (1941). Ver CRUZ, 1988: 32. Também no período de 1921 a 1926 criou um colégio com seu nome, o "Externato Marques da Cruz", por onde passaram paulistas famosos. Consta que, quando lhe sobravam algumas horas de trabalho diário, à noite, tributava-as às "Escolas da Colônia Portuguesa" junto ao Clube Republicano Português, na rua Quintino Bocaiuva. Dava, ainda, aulas particulares a filhos das mais tradicionais famílias paulistas. Lecionando português, latim, história geral, história do Brasil e francês, além de poeta, lançou também vários livros, que tiveram várias edições, já a partir de 1914. Ver CRUZ, 1988: 33-34.